

O “MAPA DE PERO COELHO”

Considerações gerais, autoria, data, toponímia

TH. POMPEU SOBRINHO

O mais interessante mapa geográfico seiscentista, que representa especialmente o litoral e amplos trechos dos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte, é em geral atribuído ao infeliz aventureiro que ousou descortinar estas regiões, na primeira década do XVII século — Pero Coelho de Sousa.

Há, porém, sérias dúvidas quanto a esta autoria e quanto à data em que o curioso documento foi organizado. Sabe-se que apareceu apenas ao manuscrito “Razão do Estado do Brasil”, que é da 2a. década do XVII século.

Quanto ao seu mérito geográfico, importa considerar dois factos distintos. A feitura cartográfica ou técnica da organização que, mesmo para a sua época, é muito defeituosa, e o valor informativo, notável pela copiosa série de acidentes corográficos que regista, quando mal se iniciavam as primeiras tentativas de colonização. Daí, o seu excepcional valor histórico e a estima em que é tido pelos estudiosos afeiçoados às investigações coévas deste recanto do Brasil.

Em muitos mapas e cartas geográficas quinhentistas e seiscentistas figuram as costas cearenses, com mais ou menos detalhes, segundo a técnica cartográfica imperfeita do tempo; mas bem poucos se ocuparam exclusivamente destas costas, e quantos o fizeram se referem ao primeiro quartel do século 17. Nenhum deles acumulou igual porção de informes, sendo que, relativamente ao interior das terras, somente ela traz apreciável contribuição geográfica, de valor realmente histórico.

Os defeitos em matéria cartográfica são de tal ordem que não poderiam ter saído das mãos de um bom piloto ou de um

cartógrafo de média cultura da época. O traçado da linha da costa é inferior ao de alguns mapas quinhentistas. As coordenadas geográficas se afastam, pois, consideravelmente da verdade e até mesmo as latitudes, que os pilotos das armadas da conquista do Maranhão, em 1614 e 1615, sabiam determinar com regular estimativa, se afastam do padrão de aproximação então corrente. A escala gráfica, que figura com a indicação de léguas, num ângulo do papel, é absurda.

Relativamente ao valor informativo do mapa, porém, o caso é outro. Neste particular, impressiona a abundante indicação de rios e afluentes com as suas denominações primitivas. Esta circunstância deixa bem claro que o autor estava bem informado quanto à geografia do litoral, sobretudo das praias e de muita coisa do interior das terras. Para além da visão directa da costa, a disposição dos cursos d'água e das montanhas revela que recorreu ao conhecimento dos índios e talvez também de algum hábil civilizado que houvera perlustrado os sertões.

No trecho compreendido entre o delta do rio Parnaíba e o rio Potengi, figuram 37 cursos d'água que desembocam no mar, dos quais somente 7 não trazem nome. Certos destes apresentam afluentes também baptisados. De todos os rios que o mapa regista o maior é, de facto, o PARNAÍBA. Segue-se em tamanho o JAGUARIBE e depois o AÇU. O penúltimo, perto do mar, tem o nome de SÃO LOURENÇO e o último de GUARAHUG. É interessante anotar a exactidão do relativo desenvolvimento dos cursos destes três rios. Faltam topónimos para os acidentes marítimos: golfos, baías, enseadas. Poucos figuram designando pontas. Registam-se as pontas de SÃO BARTOLOMEU, que deve ser a que depois se denominou IGUAPE; a do MEL que ainda hoje perdura, e a dos CARDOS, a leste da barra do rio AGUAMARÉ. Além destas projeções de terra no Oceano, está assinalado um cabo situado um pouco a leste da foz do rio APODI, com a denominação de CABATIGUAPE. Poucas são as lagoas indicadas.

No mapa estão localizadas numerosas montanhas e serras, montes e cumes, mas quase todos anónimos. Há mesmo uma profusão destes acidentes da configuração vertical do terreno. Para o autor, no interior nordestino, para além do litoral, não havia planície de importância, planaltos ou modestas elevações.

Vê-se nítidamente que se impressionara com o vulto das serras que circundam as praias, do Cascavel ao Siupé, os antigos montes de LI, depois serras de AQUEMAMUME, e hoje, os serrotes e serras mais ou menos isoladas de MATAQUIRI, ACARAPE, ARATANHA, MARANGUPE, JUÁ, CAMARÁ etc. Além, para o oeste da barra do CURU ou PARAZINHO, avistara ao longo a cinta escura da serra da URUBURETAMA e, pouco adiante, sucessivamente, os cabeços das serras do MUCURIBE, TUCUNDUBA e IBIAPABA. Na altura das barras do JAGUARIBE, do APODI e do AÇU, descortinara, muito no interior, o serrote ERERÊ, os cabeços da serra do APODI e a sua mesma extremidade, a serra do UMBUZEIRO e outras elevações, muitas das quais pareciam ligadas entre si, formando cordilheiras extensas. Esta paisagem falsamente montanhosa, combinada com as informações dos índios sobre a grandeza de serras como a de BATURITÉ (Ibitira-eté, serra verdadeira ou principal), e outros maciços distantes, explica o exagerado accidentalismo do “mapa de PERO COELHO”.

Relativamente às indicações de carácter fitológico, mostra escassa vegetação; num ou noutro trecho, pequenas áreas bem arborizadas. Assinala todavia as matas ciliárias, acompanhando certos cursos d'água.

O Barão de Studart julga que se não deve atribuir a Pero Coelho a autoria do mapa, e invoca para isto as seguintes razões: 1.º) O mapa se diz de 1603-1608 e, naqueles últimos anos, o infeliz Capitão-mor não teria tranquilidade de espírito necessária à confecção de trabalho desse género; 2) Não devia caber no mapa a indicação de 1608, pois o ano de 1607 já regista a vinda dos jesuítas por ordem de Fernão Cardin. Por que, então, pergunta o ilustre historiógrafo, aquela data de 1608?; 3.º) Coelho era homem de guerra tão somente e, portanto, deviam faltar-lhe dotes científicos, conhecimentos de geografia e de cartografia; 4) Finalmente, o mapa encerra indicações tocantes a territórios pelos quais não consta que andara a expedição.

Evidentemente, estes argumentos não encerram suficiente força probante, pois Coelho poderia, nas suas excursões, ter colhido os elementos necessários para confeccionar depois, em 1608 ou mesmo mais tarde, o documento, enriquecendo-o com

indicações de outras pessoas, porventura nautas que teriam percorrido aquelas costas e índios que conheciam o interior, territórios por onde não andara o aventureiro.

Antônio Bezerra diz que “historiadores repugnam admitir que seja Pero Coelho o autor do mencionado mapa” e acrescenta que fora desenhado de 1603 a 1608. Não discute a questão e nem refere quem são aqueles historiadores.

Sem dúvida, com estes argumentos não se pode, logicamente, excluir a hipótese da autoria de Coelho. Há, entretanto, contra esta hipótese outros indícios mais positivos.

Pensamos que, se o mapa tivesse sido organizado pelo aventureiro explorador, nele deveria figurar a escassa toponímia, invariavelmente constante dos relatórios das suas memoráveis jornadas. A começar pela palavra JAGUARIBE que no mapa não se refere à barra do nosso maior rio, mas que vem aposta bem adiante, como se designasse a parte média e superior do curso d'água e não o estuário, onde está escrita a locução R DE SÃO LOURENÇO. Pela posição que ocupa a expressão R IAGUARIBE, não paralela ao traço representativo do curso do rio mas acentuadamente oblíqua àquele traço, pode também ser atribuída a algum afluente que, no caso, seria o rio PALHANO ou o rio BANABUIU, embora não figure o leito respectivo. O topônimo SÃO LOURENÇO foi aplicado por Coelho ao forte e arraial que fundou à margem esquerda do estuário do JAGUARIBE, e não ao rio. Por que, então, no mapa que confeccionara fez coisa diversa ?

Outro indício mais interessante resulta de que, no mapa, o rio CAMUCIM não tem esta denominação, mas a de “R DE SÃO FRANCISCO”. Ora, este toponímo somente apareceu alguns anos depois, no curso das operações preliminares para a conquista do Maranhão, como veremos adiante.

Salienta o Barão de Studart que o fato de atribuir-se a Pero Coelho a autoria do mapa provém da sua curiosa legenda.

Diz esta legenda :

“Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do rio de Jaguaribé serras de Ariama mui buapaba e ponaré e côfins do maranhão que fez o Capitão mor pero coelho de Sousa de ordem de dioguo

botelho Governador e Capitão Geral do estado do Brasil des do anno de 1603 até o de 1608 com todos os seus portos, Barras Serras e Rios cõ suas nacentes”.

Isto, de fato, não importa necessariamente em dar ao explorador que fez tais conquistas, a autoria do mapa. Entretanto, também não a exclui, tanto mais que o documento cartográfico parece ter sido organizado para ilustrar uma narrativa daquelas conquistas, embora registre indicações superabundantes e estranhas ao itinerário e fins das expedições.

A exclusão de Pero Coelho, se não está firmada rigorosamente com a certeza de que o documento devera ter sido organizado em 1614 ou depois, isto é, pelo menos cerca de 7 anos após a sua trágica aventura, merece, todavia, algumas considerações.

E' natural que acontecimentos como aqueles que infelicitaram Coelho tenham uma decidida tendência para o esquecimento, Trata-se de uma defesa natural do organismo, que Freud demonstrou satisfatoriamente.

Contra a hipótese da autoria de Coelho pode-se invocar a sua vida atribulada após o desastre, como sugere Studart. Isto porém evidentemente não basta.

Salvo com a família pela caridade do vigário do Rio Grande, Pe. Manuel Correia Soares, embarcou para a Espanha com o fim de haver a paga dos serviços prestados ao Rei; mas, nada tendo conseguido, passou a residir em Lisboa, onde terminou os seus dias, pobre, sem prestígio e esquecido. A ausência do infeliz Capitão no Brasil constitui outro forte indício de que não se ocuparia mais de assuntos da natureza daqueles que exige a confecção do mapa. Uma objecção, entretanto, talvez possa ocorrer: não teria ele organizado o mapa para ilustrar a petição com que reclama a paga de seus serviços públicos, uma vez que tais serviços consistiram principalmente naquelas malogradas tentativas de exploração? Contradizem-na os dois factos seguintes :

1) A época em que foi organizado o documento, cerca de 7 ou 8 anos depois do retorno definitivo à Paraíba, portanto, pelo menos 4 desde que esteve a requerer a paga dos seus ser-

viços, que não logrou. Teria sido assim preciso contar com uma especial paciência e férrea constância, num homem alquebrado pelos desgostos e pela miséria. Nestas condições, não é crível tamanho empenho e nem que os seus poucos recursos o levassem a agir durante tanto tempo. Não é conhecida a data da morte deste bandeirante infeliz.

2) Se, realmente, o objectivo do mapa fosse esse, por que razão foi o documento, no que toca a detalhes e indicações estranhas ao itinerário e aos fins da exploração, muito além do que seria necessário para alcançar o que pretendia do Rei?

O acumulo de detalhes notado no mapa só agradaria a pessoa especialmente dedicada a investigações geográficas. As cópiosas indicações de “portos, barras, serras e rios com as suas nascentes” etc. em rigor, nada poderiam ajudar o Capitão a se prestigiar junto às autoridades de quem pleiteava recompensa. Todavia, pode-se pensar, dado o baixo grau de escrúpulos morais do aventureiro, que pretendesse, assim, inculcar-se como explorador e conquistador de todo aquele enorme território figurado no mapa, 80% do qual não percorrera. Cumpre ainda lembrar que, dada a época, o elevado número de indicações relativamente correctas que o documento encerra só poderiam ter sido colhidas num espaço de tempo longo, depois das expedições peoneiras, em teimosas investigações, não de um apenas, mas de vários colectores.

Sem dúvida, estas observações são suficientemente ponderáveis para destruir praticamente aquela possível objecção.

Conclui-se, pois, que a autoria do “mapa de Pero Coelho” não é, provavelmente, da lavra do famoso devastador das nossas praias e Serra da Ibiapaba.

A outra personagem indicada como possível autor do mapa é o Sargento-mor Diogo Campos Moreno, autor da “Jornada do Maranhão” e tio do verdadeiro fundador do Ceará colonial, Martins Soares Moreno. Vejamos com que elementos se pode firmar ou contrariar esta hipótese.

O estudo da toponímia apresenta-se de maneira muito interessante neste caso, comparando-se cuidadosamente a inscrita no mapa com a consignada na “Jornada do Maranhão”. É o que se faz em seguida, referindo uma e outra à nomenclatura actual.

T O P O N Í M I A

ACTUAL	JORNADA	MAPA
PARNAÍBA, rio	Pará	s/n
IBIAPABA, serra	Buapava	Buapaba
?	_____	Itapemerí, riacho que deságua no delta
IGARAÇU, canal	_____	Carosu
TIMONHA, rio	_____	Pemona
CAMUCIM, rio	Camuri, rio, porto	S. Francisco
JERIQUAQUARA, en- seada, porto	Juruguaguara	Hug puc
?	_____	Iguape
PRATA, riacho	_____	Saituba
ACARAÚ, rio	Acaraú	Guarahug
ARACATI-AÇU, rio	_____	Aracatiug
PERNAMBUCINHO, rio	_____	Croabuc
MUNDAÚ, rio	_____	Mendahug
TRAIRI, rio	_____	Guapitanga
CURU, rio	Paramiri, Curú	Tarari (?)
SIUPE, ou São Gonçalo, rio	_____	Siopé
CAUÍPE ou JUA, rio	_____	Pirangi
CEARÁ, rio	_____	Sizrá, (1)
CEARÁ, lugar, povo- ação	Nova Lisboa	Nova Lisboa
CEARÁ, forte, presi- dio	N. S. do Amparo	São Tiago
MUCURIBE, ponta	Mucuripe, porto baia	S. Bartolomeu
CHORÓ	_____	Propiar
URUARÚ ou SUCATINGA, riacho	_____	Iberanduba
PIRANGI, rio	_____	Paripuera
JAGUARIBE, rio	Jaguaribe, rio, parcel	S. Lourenço, rio
JAGUARIBE, forte	_____	_____
UBARANA ou GROSSA, ponta	Ubaraná, porto	Habarana
RETIRO, porto	Ubaraná, porto	Onças (porto das)
MATA FRESCA, rio	_____	Hug beranduba
MEL, ponta	_____	Mel, ponta
AGUAMARÉ, rio, enseada	Guamaré	Guamaré
RIO GRANDE, lugar, rio	Rio Grande	Rio Grande, rio (2)

O *mapa* regista número muito maior de topónimos do que a *Jornada*. Além dos que figuram acima, há muitos outros que deixamos fora do quadro. Todavia, há nesta obra nomes de lugares que não se encontram no mapa, como: “Nossa Senhora do Amparo”, capela; “Nova Lusitania”, terra; “N.S. do Rosário”, altar, etc.

Algumas vezes, nomes diferentes ou de ortografia diversa baptisam o mesmo lugar ou acidente geográfico, como se vê no exame do quadro: “Hug puc” versus “Juruguaguara”; “Buapaba” versus “Buapava”; “Hubarana” versus “Ubaraná”, “S. Bertolomeu” versus “Mucuripe”, etc.

Estas divergencias são impressionantes indícios contra a autoria do Sargento cronista. Se este realmente organizou o mapa, que é posterior a Outubro de 1614, depois de haver percorrido as costas figuradas, tendo estacionado em vários pontos e passado por muitos outros Ceará, Mucuripe, Parasinho, Jeriquaquara, Iguape etc. não poderia ter esquecido tais lugares, sobretudo aqueles em que demorou. Por outro lado, não teria consignado topónimos que, então, já não mais existiam (Forte de S. Tiago).

Convém insistir num facto, detalhado na “Jornada”, que parece de interesse especial, “. . . partiu do Mucuripe o Sargento-mor do Estado, quarta-feira, 17 de Setembro e foi surgir, com toda a armada, às duas horas da tarde no PARAMIRI, havendo caminhado com pouca vela até esta bahia, que está 3 grãos $\frac{2}{3}$ e tem para se povoar muitas mais comodidades que todos os outros lugares até ali vistos. . . ; e logo aos 25 o Sargento-Mor do Estado foi pelo rio CURU acima em um batel armado, mais de cinco léguas por reconhecer aquelas terras, e agoas. . . achou infinita caça e pescaria, de que tudo aquilo abunda maravilhosamente. . .” Adeante, referindo-se ao mesmo lugar, continua Diogo Campos “. . . disserão missas solemnes, que forão as primeiras que nesta paragem se disserão em que commungou muita gente. Aqui nesta parte do PARAMIRI se acharão no mato, perto do mar as árvores de que se distilla e nasce o incenso chamado JATAUBÁ. . .” Neste estilo prossegue ainda relatando os produtos naturais da zona, até que no dia 29, depois da longa demora de 12 dias, partiu em busca das Tartarugas. Ora, é altamente estranho que o Sargento-mor Diogo de Campos que se deixou ficar tantos dias no Paramiri, lugar que lhe pare-

ceu tão bom, saudavel e rico, e depois de haver reconhecido o rio CURU, onde encontrou infinita caça e pescaria, tivesse esquecido um e outro, o pouso e o rio, no seu mapa. Tanto mais quanto, não teria olvidado insignificantes detalhes por onde não andara. Outras observações análogas poderiam reforçar este argumento, mas parece que basta a que se resalta para afastar a hipótese da autoria do militar cronista, a que se apega o Barão de Studart.

Devemos tecer algumas considerações a respeito da data do documento. Está claro que a legenda mencionada também não autoriza fixar a data da organização do mapa entre os anos ali referidos como extremos. Efectivamente, o mapa não se diz de 1603 a 1608, como pareceu ao Barão de Studart (p. 61 do Tomo especial da Revista do Instituto do Ceará, comemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará) e a António Bezerra de Menezes (in "Origem do nome Ceará, pag. 92 do facículo "O Ceará e os Cearenses"). O que a legenda afirma é que a conquista do rio Jaguaribe, etc. foi feita naquele espaço de tempo, isto é "des do anno 1603 té o de 1608".

Agora, é oportuno lembrar como apareceu o topónimo SÃO FRANCISCO atribuído ao rio "Camucim" ou da "Cruz".

Durante o XVI Século o rio que os indígenas chamavam CAMUCIM tinha o nome português de "RIO DA CRUZ", porque os navegantes supunham que, um pouco acima da sua foz, recebia dois afluentes, um a direita e outro a esquerda, cujas barras se defrontavam, dando ao conjunto líquido a forma de uma cruz. Talvez pelo mesmo motivo os nautas gauleses o apelidavam de "R des Tres bras" ou "R de 3 bras" (Descaliers, 1550). Até mesmo em alguns mapas portugueses aparece este topónimo de origem francesa, como node Vaz Dourado. O primeiro (rio da Cruz) figura em mapas ingleses e holandeses; perdurou durante o século seguinte, como se vê nos interessantes mapas de João Teixeira.

Em 1610, Jerónimo de Albuquerque, a mandado de Gaspar de Sousa, foi descobrir o rio chamado CAMUCY e instalar por lá um presídio de portugueses que facilitasse oportunamente as operações bélicas na conquista do Maranhão.

O rio CAMUCIM já era conhecido desde a expedição de Pero Coelho, que lá chegara em Janeiro de 1604. De Camucim

partiu para dar combate aos índios da Ibiapaba, aliados aos franceses, na madrugada do dia 19, alcançando, a meia légua da Serra, já claro o dia, as hostes Tabajaras.

Os Tupis (Petiguaras e Tabajaras) assim denominavam o "rio da Cruz" ou dos "Tres Braços", querendo certamente relacionar o lugar ou o curso d'água com alguma circunstância ligada à significação do termo CAMUCIM (pote, vaso para a agua).

Três toponimos, pois, até então designavam o mesmo rio, que ia, em breve, ainda dispor de mais outro.

Em 1614, no dia 30 de setembro, Jerónimo de Albuquerque e o Sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, chegaram com a armada, que ia conquistar o Maranhão, à enseada de JERIQUEQUARA, onde já havia um presídio. Verificando o comando da esquadra que o porto era perigoso por causa dos parcséis que o infestam e mal abrigado de certos ventos, cogitara de transferir o presídio de N. S. do ROSÁRIO (Jeriquaquara) para o porto de Camucim, cerca de 8 léguas mais adiante. (2)

O reconhecimento do lugar, porém, não confirmou o intento, continuando a armada ancorada no "Buraco das Tartarugas" até o dia 12 de Outubro quando, depois de incendiado o arraial, partiu com terral de sueste para o PEREIA.

No arraial de N. S. do ROSÁRIO, assente à margem da enseada de Jeriquaquara, celebrou-se, no dia 4 de Outubro, uma festa religiosa em honra do Beato Padre São Francisco. Houve missa solene com canto de órgão e flautas. No dia imediato, Domingo, outra festa agora em honra da padroeira do lugar, alegrou os últimos dias do efêmero arraial. Celebrou-se novamente uma missa solene com a pregação de frei Manuel da Piedade; a tarde, exercícios militares, com parada, movimentavam toda a gente da armada e os índios que estavam presentes.

A primeira festividade, em homenagem ao beato muito prestigioso e santo, dera assim origem ao topónimo SÃO FRANCISCO o qual, não podendo ser aplicado no arraial de Jeriquaquara, já chamado de N. S. do ROSÁRIO, passou a designar o CAMUCIM dos índios, ali bem perto. Substituía-se deste modo o antigo topónimo português pelo de SÃO FRANCISCO.

Dois nomes subsistiram por alguns anos, um ao lado do outro, como demonstram vários mapas seiscentistas. Nestes do-

cumentos encontram-se frequentemente a expressão “R de Camucipe o S. Francisco” (mapas de Joannes van Loon, 1654; Johannes Bleau, 1649; Henricus Hundiu, 1636 e até mesmo no de Andréas Antonius Horaty que é do fim do Século, 1698).

O topónimo RIO DA CRUZ, porém, foi pouco a pouco sendo esquecido. Apareceu, todavia, emigrado para um rio próximo; ora o Acaraú (mapa de van Keulen, 1682) ora para mais distante, para o rio Aracati-Açu, com grafia deturpada, “rio de Croo”.

Logo que surgiu o topónimo SÃO FRANCISCO, atribuído ao rio CAMUCIM, acompanhou-o o de N. S. do ROSÁRIO, aplicado a um lugar situado imediatamente a leste, correspondendo sensivelmente a JERIQUAQUARA.

Do que vimos de lembrar deduz-se que o nome SÃO FRANCISCO para substituir o de CRUZ, no estuário do CAMUCIM, data de 1614; portanto, não existia ainda em 1608. Conclui-se logicamente que o mapa em estudo, que o regista, somente teria sido confeccionado naquele ano ou depois. Nunca antes.

Esta indicação parece positiva e, como vem o documento cartográfico apenso ao livro “Razão do Estado do Brasil”, que alguém supõe ser de autoria de Diogo de Campos Moreno, composto na segunda década do Século, poderíamos então admitir que “o mapa de PERO COELHO” fora organizado entre 1614 e 1620, com o fim provável de ilustrar aquela interessante obra.

Há, entretanto, dúvidas quanto à autoria da “RAZÃO”. Se bem que os mais autorizados estudiosos da matéria a atribuam ao Sargento-mor DIOGO DE CAMPOS, homem de armas e também de letras (Barão de Studart), não falta quem a julgue saída da pena de DIOGO DE MENEZES SIQUEIRA, de cujo governo tanto se ocupa. Propenderíamos antes para aquele e até poderíamos admitir o possível encorajamento e auxílio deste notavel homem político, na feitura da obra. Moreno é também o autor da “JORNADA DO MARANHÃO”, excelente crónica da conquista do Maranhão sobre os franceses, publicada em 1615.

A nota do Barão de Studart dando o mapa como anterior à vinda de Martin Soares Moreno ao Ceará para iniciar a exploração da nova conquista, em 1611, não tem razoável apoio. Baseia-se no facto de figurar no mapa o topónimo SÃO TIAGO,

e não o de SÃO SEBASTIÃO, atribuído ao forte existente à margem do rio CEARÁ. O primeiro forte foi construído em 1605 por Coelho, ou, mais acertadamente, pelo seu preposto, Simão Nunes, o segundo, foi erigido por Martim Soares em 1611, no mesmo local.

Este argumento serviria antes para tonificar a hipótese da não autoria do Sargento-mor, defendida pelo Barão de Studart, o qual somente conheceu o Arraial da Barra do Ceará, quando já não existia o Forte de SÃO TIAGO, substituído pelo de SÃO SEBASTIÃO. Seria, pois, favorável à autoria do Capitão-mor que poderia não ter esquecido o seu fortim, e não houvera notícia do erigido por Martim anos depois. Em vista, porém, do que já sabemos positivamente, somos levados a admitir que a conservação do topónimo (S. Tiago), possivelmente, obedeceu ao intuito de autenticar de certo modo os descobrimentos de Coelho, tal qual como se fizeram. A expressão VERDADEIRO, que se antepõe na Legenda à palavra DESCOBRIMENTO, parece sugerir que versões diversas, justas ou injustas, teriam surgido depois, desvirtuando a fidelidade dos acontecimentos.

Pelas observações que vimos de fazer, conclui-se que a autoria do mapa continua incerta. Pensamos que não pode ser atribuída a Pero Coelho nem a Diogo Campos, mas a um terceiro.

E' possível que este último o tivesse mandado confeccionar por pessoa curiosa a quem forneceu informes e dados colecionados durante as suas jornadas pela zona considerada no documento. Certamente, não teria faltado ao Sargento-mor meios para isto, e interessados no caso, como o próprio Pero Coelho, Martim Soares, etc. Este, sobretudo, devia conhecer exhaustivamente o litoral e muita coisa dos sertões pelo seu contínuo trato com os selvagens, tupis e tapuias, perquirindo atentamente o valor etnodemográfico daquelas regiões e as suas possibilidades económicas, especialmente no que se referia a existência de minas de ouro, prata e pedras preciosas.

Entre a toponímia do mapa e a de Martim Soares Moreno, constante da sua "Relação do Ceará", escrita em 1628, há divergências dignas de nota, embora não substanciais. As principais estão no quadro seguinte :

“Relação do Ceará”

PONARÉ, serra

YGUAPE, enseada

PARÁ, enseada

S. SEBASTIÃO, forte

“Mapa”

Buapaba

S. TIAGO

A última parece decisiva. Certamente, se Martim fora o autor do mapa, hipótese, aliás, ainda não ventilada, teria dado ao forte da barra do Ceará o nome que lhe aplicara em 1611 e não o correspondente ao forte de Coelho. Salvo, todavia, se quizesse ser fiel ao tempo a que se refere o mapa, o período dos descobrimentos e conquistas, indicado na legenda (1603-1608). Como este critério não se mostra geral, (topónimo S. Francisco), torna-se difícil admiti-lo. Nestas condições, repugna admitir a autoria de Soares Moreno, não porém a sua colaboração, que parece necessária e ressaltar da abundância de indicações que o documento regista, pois tudo leva a crer que nenhuma pessoa possuísse, então, maiores e melhores conhecimentos da região cartografada.

Não se tem pensado numa colaboração dos Jesuítas que foram à Serra da Ibiapaba, ainda quando regressava Pero Lopes, em 1607. Justifica-se plenamente esta circunstância desde que se observa no mapa a ausência de qualquer referência à “Serra dos CORVOS” (Uruburetama), que tão vivamente impressionou os padres.

O estudo analítico da toponímia oferece particular interesse para julgar do valor histórico do “mapa de PERO COELHO”. Entre os rios PARNAÍBA e POTENGI, encontram-se 69 topónimos, dos quais 52 são em língua indígena (tupí) e 17 em português. Inclui-se nestes últimos expressões então puramente indicativas, porém, que ao depois se tornaram topónimos verdadeiros, como MARCO, BARREIRAS, etc.

Na legenda encontramos mais um topónimo indígena — a serra de PONARÉ, que eleva o número total a 70. Temos, consequentemente, 75,5% de topónimos indígenas (53) e 24,5% de portugueses.

Dos 70 topónimos, 45, ou 64,7% estão na costa e 25 ou 35,3%, no interior, o que dá uma ideia do relativo conhecimento que então se tinha do sertão.

A distribuição desta nomenclatura local é a seguinte :

CURSOS D'ÁGUA

RIOS

? (Parnaíba)
 Itapemiri
 Carosu
 Pemona
 S. Francisco
 Saltuba
 Guarahug
 Aracatiug
 Croahug
 Mandahug
 Guarapitanga
 Tarari
 Siope
 Pirangi
 Sizrá
 Propiar
 Iberanduba
 Paripuera
 S. Lourenço

 Hug beranduba
 Iquejug
 Gararohug
 Uggerug
 Omaritibe
 Salinas
 Guamaré
 Maraguape
 Caupaturici
 Cizra
 Grande

AFLUENTES

Jaguarema
 Guatigaba

 Camindé

 Iaguaribe
 Magaipto
 Poimigo Cape
 Piquiri

PORTOS E ENSEADAS

Hug puc
 Iguape
 Habarana
 Onças

CABOS E PONTAS

S. Bartolomeu
 Arrecifes
 Cabatiguape
 Mel
 Cardos
 Itacoatiara

REGIÕES DO INTERIOR E SERRAS

Guarapitanga
 Guarigua
 Tapirema
 Huebetupe
 Buapaba
 Quibetupe
 Aguarassú
 Gua cucorotuba
 Anduraquara
 Talvaca
 Guarua
 Arlama mui
 Pegua satuba
 Ituguassu
 Mevez
 Ponaré

LUGARES HABITADOS. INDICAÇÕES

Nova-Lisboa
 S. Tiago, forte
 Marco antiguo
 Salinas
 Barreiras
 Barreira Vermelha

Rios e seus afluentes	36
Portos e enseadas	4
Cabos e Pontas	6
Regiões e Serras	16
Lugares e indicações	6
Total.	68

Ressalta à primeira vista a exclusividade de nomes tupis e portugueses com absoluta exclusão de termos tapuias. Isto revela que, então, o domínio dos tupis (Potiguaras e Tabajaras) sobre os demais grupos ou famílias culto-linguísticas ameríndias era absoluto nas relações com os invasores lusos. Os portugueses somente se entendiam com os índios tupis, seus guias, conselheiros e aliados.

Todavia, sabe-se que Soares Moreno colhia informações de elementos tapuias ao seu alcance, mas não aproveitava os seus topónimos.

Mais tarde, porém, durante e depois da dominação holandesa, figuram nos mapas geográficos topónimos não só Tupis como também Tarairiús e Tremembés, principalmente. O topónimo Ceará, que no mapa se escreve SIZRÁ, provavelmente por má escrita da letra *a*, intermédia, parece de origem Tarairiú. Sendo assim, trata-se de uma única exceção àquela exclusividade.

De quanto vimos de referir, deduz-se em resumo que o mapa:

- 1.º) — Não é, provavelmente, da autoria de Pero Coelho;
- 2.º) — Não é, provavelmente, da autoria de Diogo de Campos Moreno;
- 3.º) — Não é da autoria de Soares Moreno e nem do Pe. Figueira;
- 4.º) — Provavelmente, teve vários colaboradores;
- 5.º) — Foi organizado depois de 1614;
- 6.º) — Contém elementos que já eram conhecidos antes das expedições de Coelho e vários outros que só o foram depois;
- 7.º) — Tem como autor um hábil curioso que sabia colher interessantes informes de fontes diversas, mas muito pouco versado na arte cartográfica, o que faz supor não se tratar de nenhum dos principais pilotos da “Jornada do Maranhão”;

8.º) — E' um valioso repertório de conhecimentos fisiográficos do primeiro quartel do XVII Século, referente ao Ceará e Rio Grande do Norte.

Segue-se o estudo analítico individual dos topónimos relacionados, constantes do "mapa de Pero Coelho".

GARÇAS, Ilha das — No mapa, o delta do Parnaíba está reduzido a uma simples ilha, estreita e alongada no sentido do curso d'água indicado com este nome, que traduz a abundância de *Árdea egretta*, o *Guiratinga* dos tupis. Tanto o rio, como os dois canais em que a ilha o divide no estuário, não trazem denominações. No canal oriental vem a indicação de salinas, certamente porque ali ocorria a formação natural de cloreto de sódio.

E' de estranhar a falta de denominação para o maior rio figurado no mapa, tanto mais quanto um dos seus afluentes está baptisado com o nome JAGUAREMA, e várias regiões na bacia hidrográfica têm designações próprias, como TAPIREMA, GUARAPITANGA, HUEBETUPE, BUAPA. Além do afluente nomeado, figuram outros, sobretudo da margem esquerda. O JAGUAREMA, que identificamos com o actual rio POTENGI, é o maior dos que o mapa representa (baixo Parnaíba). Vem, em seguida, na ordem de grandeza, um outro, perto de cuja barra está aposta a palavra GUARIGUA, de modo tal que se não pode com segurança atribuir ao rio, parecendo antes indicar uma região. Nos mapas anteriores ao de *Pero Coelho*, o rio Parnaíba, ordinariamente, tem a designação de RIO GRANDE; nos posteriores, de PARÁ ou PARAGUASSU, nome frequentemente deturpado em PARASU, PARAGUES, PARAGASU.

JAGUAREMA, no mapa, é o principal afluente do PARNAÍBA. Identifica-se facilmente com o antigo rio ITAIM, agora POTI. Nasce numa região chamada HUEBETUPE (Crateus). Tem vários afluentes sem denominação, de que um, evidentemente, é o actual rio INUÇU, que vem de certa região montanhosa, denominada TAPIREMA; outro, parece ser o actual rio BERLENGAS.

Nascendo nas regiões de TAPIREMA e HUEBETUPE, um notável afluente do Parnaíba corre fraldando, pelo poente, a

serra da IBIAPABA. Parece que tem a denominação de GUA-RIGUA; pode ser identificado ao rio LONGÁ.

GUARIGUA, rio ou região — Deve ser deturpação de GUARÁ. IG. GUÁ, baixada do rio dos Guarás.

GUARAPITANGA — Este nome se aplica a uma região atravessada pelo rio Parnaíba, situada entre as barras dos seus afluentes JAGUAREMA (Poti) e GUARIGUA (Longá). O vocábulo significa GUARÁ VERMELHO e designa o nosso belo *Ibis rubra*, cuja plumagem é de um lindo escarlate.

HUEBETUPE, região que parece corresponder à zona de Cra-teús, Independência e Nova Russas. Supomos que a palavra é deturpação de GUA.PE.TUBA, lugar de baixadas rasas ou de vales chatos, porventura justa alusão à disposição topográfica da bacia do rio Poti, além do boqueirão da Ibiapaba, (o alto Poti ou Itaim).

ITAPEMERI — Rio que deságua ao lado do canal oriental do Parnaíba. Deve ser um dos seus canais secundários, que o cartógrafo confunde com um verdadeiro rio, por isto que a barra está a oeste da que no mapa figura com o nome de CAROSU (Igaraçu). A parte superior deste rio imaginário (certamente produto de uma informação indígena má compreendida) parece representar o alto Timonha. ITAPEMERI é alteração de ITAPÉ.MIRIM, lagedo pequeno.

CAROSU — Pequeno rio, certamente o canal mais ocidental do delta parnaibano, chamado pelos tupis de IGARAÇU, canoa grande.

A disposição defeituosa dada ao delta revela que este ainda não tinha sido explorado pelos navegantes que o supunham limitado pelos dois canais anónimos representados no mapa.

PEMONA, rio — Sem nenhuma dúvida trata-se do actual rio TIMONHA, outrora, em vários documentos seiscentistas, assim chamado (ver mapa de Henricus Hondius que é de 1636) ou sob as formas de TIMONA ou TEMONA, relativamente modernas (ver sesmaria n. 370, às fls. 67 e 67 v do livro das Sesmarias, de 2 de Dezembro de 1717, e a n. 423, às fls. 117 v a 118 do mesmo livro, de 14 de Dezembro de 1718, aquela con-

cedida a Pedro Rocha Franco e esta a José de Vasconcelos). O vocábulo é provavelmente tupi. Teodoro Sampaio lhe dá a seguinte interpretação: TYMÕE, água ou líquido posto, cousa pouco compreensível. Talvez se ajuste melhor às circunstâncias locais esta outra análise: TEMO de TEMBO, gerúndio do verbo TEM, tirar, colher; e NÃE, coco, castanha, isto é, lugar onde se colhe cocos ou castanhas. Neste caso, as castanhas seriam de caju, pois os cajueiros são muito abundantes naquela parte do litoral.

GUATIGABA — rio, por engano, no mapa, tributário do ITAPEMERI. Ainda hoje há este topónimo, sensivelmente no mesmo lugar indicado, sob a forma QUATIGABA, aplicado a um lugar e a parte superior do rio ITACULUMI, afluente do CURIAÚ ou CAMOCIM, na serra da Ibiapaba, entre VIÇOSA e TIANGUÁ. GUATIGABA é alteração de COATIGUABA. COATI é o *Procyonideu Nasua narica*, tão comum em todo o Brasil e *guaba*, o lugar de comer; portanto “o lugar onde os coatis comem”.

TAPIREMA — Aplica-se este nome a uma certa região da Serra da Ibiapaba ao norte do boqueirão do rio Poti, sensivelmente onde se elevam as serras de Pedro II, Pitombeiras e do Engano. A análise etmológica deve ser: TAPIRA-REMA, o odor da anta. Poderia ser ainda ITÁ.PI.REMA, pedra cuja superfície ou crosta exala mau cheiro; possível alusão à pirite arsenical.

BUAPABA, serra da — Esta expressão se applicava ao maciço em geral, pelo menos no trecho ao norte do boqueirão do Poti. Provém de IBYAN, terra alta, planalto ou chapada e APABA, cortada, escarpada; a chapada que acaba em escarpa.

PONARÉ, serra do — Assim chamavam os índios à extremidade norte da Serra da Ibiapaba. No interessante mapa de Andreas Horaty, apenso à obra de Santa Teresa (1698), figura-se uma série de elevações, na altura do Camocim, com a designação de “Serras de Pomaré”. O vocábulo é tupi e indica um roedor silvestre, maior que o *guabirú*, muito estimado como caça pelos

selvagens e sertanejos, que também lhe chamam *rabudo* por causa de sua longa cauda.

S. FRANCISCO, rio de — É o actual rio *Camucim* ou *Curiaú*. Camocim é a denominação tupi do estuário. Já tratámos, atrás, da origem deste topónimo. No mapa o curso deste rio vem da Serra da Ibiapaba e percorre uma região denominada QUIBETUPA.

QUIBETUPA — Região sertaneja limitada pela serra da Ibiapaba ao norte e oeste, correspondendo aproximadamente aos actuais Municípios de *Curiaú* (ex-Palma) e *Granja*.

HUG PUC — Com esta palavra o mapa designa o buraco das tartarugas ou a Jeriquaquara, uma profunda baía e uma ponta a leste da foz do rio S. Francisco. Significa literalmente “água quebrada”, provável alusão ao efeito dos parcéis próximos da enseada.

IGUAPE — “No seio das águas” ou simplesmente “na enseada”. Refere-se à enseada que se abre à leste do promontório de Jeriquaquara, actualmente muito aterrada, onde despeja o sangradouro da lagoa da *Jijoca*. Este topónimo desapareceu completamente.

SAITUBA — É um pequeno rio que deságua a oeste da barra do rio Acaraú. Pode ser identificado com o riacho da Prata ou talvez com o canal mais ocidental do estuário do Acaraú. Literalmente quer dizer “Saisal” lugar onde abundam *sais*. No Ceará, toda agente, sobretudo no litoral, conhece os *Tanagroides* *sais*, especialmente a *Tanagra ornata* ou *saiçu*, vulgarmente *sanhaçu*.

GUARAHUG, rio — Pela posição e extensão do curso é, sem dúvida o rio *Acaraú*, ex-*Acaracu*. Conforme o mapa, nasce numa região de onde também defluem o JAGUAREMA (Poti), o GUARIGUA (Longá) e formadores de S. Lourenço (Jaguaribe). Como está grafado significa “rio do Guará” (*Ardea egretta*). Aliás, é esta a interpretação que cabe ao topónimo *Acaracu*, *acará*, a garça branca *Ardea egretta* e *cú*, água ou bedouro, bebida.

ARACATHIG — É o rio *Aracati*, talvez o *mirim*, por isto que é o primeiro, a leste da barra do Acaraú, entre este e outro rio figurado no mapa, antes do Mundaú. Mas, como este se apresenta com curso mais modesto e a denominação de CROABUC, *pode-se* admitir antes que seja o Açu e este CROABUC o actual *Pernambuquinho*, outrora simplesmente *Pernambuco*.

CROABUC — Parece indicar o riacho *Pernambuquinho*. Alteração de CURÚ.Á.PUC, a elevação de cascalho partida. Talvez uma particularidade topográfica local.

MANDAHUG, Rio — Trata-se do rio *Mundaú*, “a água dos ladrões ou flibusteiros”.

GUARAPITANGA — E’ o segundo topónimo deste nome. Agora trata-se de um rio, o “rio dos guarás vermelhos”, *Ibis rubra*, outrora tão abundantes nas nossas praias. Pode ser identificado com o rio *Trairi* ou talvez com o riacho das *Flecheiras*, uma vez que mais adiante está outro rio mais caudaloso com o nome de *Trairi*. Ora, sendo este rio pequeno, quase um riacho, é evidente a confusão deste com o rio Curú, que não está assinalado.

SIOPE, rio — Com esta denominação, aliás muito antiga, o mapa representa o actual rio *São Gonçalo*. Convém lembrar que nos mapas seiscentistas não é rara a confusão de *Siupé* com o rio *Curú*. A palavra quer dizer “caminho da caça”, de Çoo.pé.

PIRANGI, Rio — Deve ser o rio *Juá* em virtude da posição uma vez que a oeste, entre a sua barra e a do *Siupé*, há o curso de um outro rio que se poderia identificar com o *Cauípe*. *Pirangi* rio das Piranhas.

SIARA — O topónimo refere-se ao rio, por isso que está escrito acompanhando o traço representativo de um curso d’água. O *a medial* aparece mal grafado, donde resulta uma certa semelhança com a letra z. Dai julgar António Bezerra que o vocabulo SIZRÁ é o verdadeiro nome indígena dando, por corrup-

tela *Siará*. Ainda não foi possível interpretar a palavra pela lingua tupi, donde propender Capistrano de Abreu para uma origem cariri. Já mostramos que isto não se justifica absolutamente. O sábio historiador diz que o nome de água neste idioma é *dzu* (com *d* pouco sensível e o *u* soando à francesa, aproximadamente como o particípio passado do verbo *savoir*). Julga que o elemento *dzu* é visível na formação de *siará*, *sitiá siupé* e observa que em cariri *era* é verde, donde, ao que lhe parece, a palavra CEARÁ pode provir de *dzu era*, significando “água verde”. Devemos anotar, porém, que na lingua cariri o nome “água” é, de facto, *dzu*, mas o seu *u* não soa à francesa; e que nesta mesma lingua “verde” (ou amarelo) é *erã* e não *era* (*era* significa morada). Ora, mesmo que na passagem do cariri para o falar português colonial o *ã* final desse á, como acontece em idênticas condições em relação ao tupi, não seria admissível no caso em consideração, pois no cariri não se pode fazer de *dzu* as dicções *dzi*, *zi si* porque o *u* de *dzu*, água, não soa como em francês. Mas, mesmo supondo que isto pudesse ocorrer, isto é, que CIARÁ procedesse de *dzu-era*, nunca poderia significar “água-verde”, que não se poderia aplicar ao caso. No idioma cariri certos adjetivos, inclusive os qualificativos de cores, quando concordam com determinados substantivos, levam necessariamente uma partícula que a eles se liga intimamente. Isto se dá justamente com o caso em apreço: *erã*, verde, referindo-se ao substantivo *dzu*, água, nome de líquido, teria de incorporar a partícula *cru*, e então teríamos de dizer: *dzu cruerã*, água-verde. Análogamente, diríamos: *dzu cruyê*, água grande; *dzucruné*, água-clara. Em vista do exposto, compreende-se que a hipótese de Capistrano é inaceitável. Se o tupi e o cariri não se prestam para a interpretação da palavra *ceará*, é que ela deriva de outra língua, certamente tapuia, provavelmente do *Tarairiu*.

Ora, não dispomos de elementos desta língua que nos permitam oferecer uma possível análise do vocábulo. Continuamos sem saber o que significa CEARÁ ou SIARÁ.

NOVA LISBOA — O topónimo foi dado por Pero Coelho à povoação que fundara à margem do rio Ceará, ao voltar da serra da Ibiapaba em 1604, e onde Simão Nunes construiu o forte de S. TIAGO. Está escrito abreviadamente NOUA LX^a.

SÃO TIAGO, forte de — Mais tarde Nova Lisboa foi abandonado e desapareceu. Quando, em 1611, Martim Soares Moreno voltou para tentar ali uma colonização precária, teve de construir novo forte a que chamou de SÃO SEBASTIÃO. Ao lado, erigiu uma capela sob a invocação de “N. S. do Amparo”. A estes dois santos ficou o encargo de proteger o novo arraial.

SÃO BERTOLOMEU — Topónimo que parece indicar a ponta do Mucuripe ou talvez a do Iguape, visto como no mapa há dois rios ou riachos entre esta ponta e a barra do rio Ceará. Seriam o Cocó e o Pacoti ?

PROPIAR—E’ um nome escrito sem o “y” indicador de rio mas que, sem dúvida, se refere a um curso d’água que deve ser o Choró. Em alguns mapas antigos o Choró se apresenta com duas barras, uma delas, a de leste, corresponde à foz do rio Mal-cozinhado. O topónimo surge na cartografia antiga sob a forma de PROPEA (Hondius e Laet), com a variante PROPIER (Albernaz). Parece alteração de PORÓ.PIÁ, o que faz a gente presa, impedida; talvez alusão ao rio que, mais do que os demais da região, interrompia a passagem através do leito correntoso.

IBERANDUBA — Assinala este nome um riacho que deságua no mar, a leste da barra do rio Choró (Propriá). Segue-se outro menor, sem nome e em seguida o rio *Paripuera*. Tais circunstâncias levam à identificação com o desaguadouro da lagoa *Uruaú*. Em outros mapas seiscentistas escreve-se *Paranduba*, *Ubaranduba*, *Paroduba*, *Perenduba*, donde as duas interpretações seguintes: 1) de *Parana-duba*, lugar alagado; 2) *Ubarana*, *duba* abundância de peixe ubarana.

PARIPUERA — Logo ao norte do Jaguaribe, em muitos mapas seiscentistas, aparece um rio denominado *Paripuera*, *Peripuera*, *Prypura*, *Pirapuera*, que não pode ser outro senão o *Pirangi*, e não o riachinho que actualmente tem esta denominação (Paripuera). *Piripuera* significa “juncal antigo” ou “juncal que existiu”.

SÃO LOURENÇO — É o rio Jaguaribe, velho topónimo que já era conhecido na última metade do XVI Século. São Lourenço

é o nome que Pero Coelho deu ao fortim que construiu à margem esquerda do estuário do rio Jaguaribe quando, já não podendo se manter na sua Nova Lisboa, acossados pelos índios reacionários, resolveu passar o arraial para mais perto do Rio Grande. Do Forte, passou o nome eventualmente para o rio, como está no mapa.

JAGUARIBE — (no rio das onças) É um velho topónimo cearense. No mapa está inscrito bem acima do estuário e de modo a parecer aplicado a um afluente que poderia ser o *Bonhu* (hoje Palhano) ou Banabuiú. Coelho ou algum dos seus expedicionários, provavelmente quando o resto da expedição estacionou no arraial de S. Lourenço, teria colhido informes a respeito do rio Jaguaribe; isto pode explicar por que no mapa o rio tem representação relativamente correcta. Notam-se os principais tributários: rio *Magaito* (rio Figueiredo), *Poimigo Cape* (Banabuiú, provavelmente), *Piquiri* (Salgado). As cabeceiras se defrontam com as do *Jaguarema* (Poti) e *Guarahug* (Acará).

MAGAITO, rio — Afluente do Jaguaribe, facilmente identificável com o Figueiredo. O topónimo deve ser corruptela de *mã.cará.tiba*, lugar onde abunda *mangará*.

PIQUIRI, rio — É o actual rio Salgado. Significa “rio dos piquis”.

AGUAVASSÚ—Região que corresponde ao vale do Cariri, das cabeceiras até a barra do riacho dos Porcos. Significa “água grande” pois é corruptela de *Ig.assú*. O nome aplica-se a lugar abundante de água, como devia realmente ser outrora aquele vale.

ARIAMA MUI, serra de — Pela posição que ocupa no mapa este topónimo, podemos identificá-lo com o maciço das serras do Pereiro, Camará, etc. isto é, as antigas serras dos icós. Talvez compreendesse também a parte meridional da serra do Apodi. Parece que se trata de deturpação da expressão tupi: *ariá.á.amã*, os nimbos de cabeça, porventura alusão às nuvens ou nevoeiros que coroam frequentemente os mais altos cimos de certa serra. Não é interpretação satisfatória.

ARRECIFES, P^o DAS ONÇAS, HABARANA—Estes topónimos se alinham em torno de uma reintrância do mar, a certa distância a leste da barra do Jaguaribe. Evidentemente, referem-se, respectivamente à ponta, à enseada e ao porto que agora se chamam *ponta Grossa*, enseada e porto do *Retiro Grande*. A *Ponta Grossa* ou da *Ubarana* é um verdadeiro promontório, em cujo sopé há pedras que as vagas solapam. Primitivamente chamou-se “Cabo dos Arrecifes”, depois “Cabo Corso”, mais tarde “Ponta da Ubarana ou Jabarana” e, finalmente, “Ponta Grossa”. A oeste abre-se a enseada do “Retiro Grande”, onde se abrigam pequenos barcos, já tendo sido, para os antigos navios, porto sofrível. Em vários mapas seiscentistas, como neste “de Pero Coelho”, aparece com a denominação de “porto das onças”. Foi este promontório o primeiro ponto do território brasileiro avistado por europeus, em Fevereiro de 1500.

HUG BERANDUBA, rio — Fácilmente se identifica com o rio Mata-Fresca. *Hugberanduba* quer dizer “água das ubaranas”.

CABATIGUABA, Cabo de — É a actual “Ponta Redonda”. A palavra é corruptela de *caba.ti.qua.pe*, ninho das vespas brancas; pode ser também “das vespas de ferrão”.

MEL, ponta do — Figura este nome a leste de um rio anónimo, que deve ser o actual rio *Apodi* ou *Mossoró*, outrora *Ipanema* e anteriormente “rio de São Miguel” (mapas quinhentistas”).

IQUEPUG—Este nome aplica-se a um pequeno rio que faz barra muito perto da barra do rio das Conchas, antigo *Guarahug*. Em outros mapas coevos e posteriores, o topónimo tem a forma de *Uguaiquara*, *Uguaguara*, *Uguagua*. Deve ser alteração de *Iguai-guá*, lagamar grande. Mas, *Iguepug* é corruptela de *Igua.puc*, enseada onde o mar arrebenta, talvez com mais violência do que normalmente.

GARAROHUG, rio — Pelo desenvolvimento do traçado representativo do curso e posição relativa, é o rio Açu, cujas nascentes, conforme o mapa, estão numa remota região sertaneja denominada *Taivaca* e *Anduraquara*. *Gararohug* corresponde

ao rio que na sua "Razão do Estado do Brasil", Diogo de Campos chama GUARAHUG, rio do Guará. Em 1628 os índios da baía da Traição deram a Kilian Resenlaer este último nome ao mesmo rio. Marcava então o limite oficial entre as capitânicas do Rio Grande do Norte e do Ceará. O *Açu* forma um pequeno delta com três barras principais, antigamente conhecidas por os "Três Irmãos". O primeiro irmão era justamente o *Guarahug*, agora chamado "Rio das Conchas". O segundo irmão, que presentemente se chama rio Umarizeira, tinha a denominação de *Umarituba* (rio do Umarisal). O terceiro limita o delta a leste e é o rio das *Salinas*, como está no mapa. Também naquela época era conhecido por CARUARETAMA (a terra dos caruas). Actualmente este braço é o escoadouro principal do rio e, na sua margem direita está a cidade e porto de Macau. Neste braço deságua o rio Amargoso ou Salgado que figura em alguns mapas seiscentistas.

GUAMARÉ, rio — Este topónimo é muito antigo e se tem conservado com pouca alteração (Aguamaré), talvez por causa da sua homofonia com expressões portuguesas de uso diário. *Guamaré* pode ser alteração de *guana.ré*, o lagamar diferente.

CARDOS, ponta dos — Pequena saliência do litoral um pouco a leste da barra do rio Aguamaré; deve ser a ponta da *Caiçara* dos mapas antigos, hoje mais conhecida por ponta dos TRÊS IRMÃOS.

ITACOATIARA — O topónimo corresponde a uma ponta de terra, na entrada do canal de S. Roque. Pode-se identificar com o Santo Cristo, onde um recife bem aparente fecha a enseada. *Itacoatiara* significa "pedra riscada" ou com gravuras, ou escrita.

MARCO ANTIQUO — Certo ponto da praia, entre a ponta dos Cardos e a da Itacoatiara, chama-se ainda hoje *Marco* por se ter descoberto aí um antigo padrão português de pedra lioz das velhas pedreiras de Lisboa. Trata-se de um marco de posse, plantado em 1501 pela expedição de João da Nova, que tocara a costa do Brasil na sua derrota para a Índia. Este marco, muito característico, jazeu ignorado durante mais de um século e, por muitos anos depois da demarcação da Capitania do Rio Grande

do Norte, serviu para assinalar a extrema com a Capitania do Ceará. Era um limite de facto, mas não oficial. Ao tempo em que foi confeccionado o mapa em estudo era mal conhecido; muito poucas referências mereceu dos cronistas do começo do XVII Século.

BARREIRAS VERMELHAS — No mapa figuram as conhecidas barreiras que se alteiam um pouco ao poente da ponta do Calcanhar.

MARAGOAPE, rio — Deve ser o atual *Maranguape*. O topónimo primitivo está, pois, muito deturpado. Significa: “na baixada da mata”. O mapa no trecho correspondente ao canal de S. Roque é menos detalhado do que alhures.

CIARA, rio — Importa notar que o *ceará* pequeno está grafado com *c*, ao passo que o grande está com *s*. Acreditamos que aquele apareceu antes do grande; este foi inspiração do outro, trazida pelos expedicionários de Coelho (Ver Revista do INSTITUTO DO CEARÁ, Tomo LIX, pg. 169, o verbete CEARÁ, do artigo “topónimos indígenas dos Séculos 16 e 17 na costa cearense”, do autor).